



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

Estado de São Paulo



AUTÓGRAFO Nº 1239/2024 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 5/2023

Acrescenta e altera a Lei Complementar nº 71, de 21 de setembro de 2006, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Araçariguama DECRETA:

Art. 1º A Lei Complementar nº 71, de 21 de setembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

“Art. 79. (...)

(...)”

Seção Única

Do Cancelamento ou Substituição da NFS-e

Art. 79-A. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e poderá ser cancelada antes do recolhimento do ISS desde que não tenha ultrapassado o prazo de dois (2) meses, contados da data de emissão da NFS-e e não tenha sido gerado o certificado.

Art. 79-B. Havendo o recolhimento do ISS a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo, protocolizado pelo interessado, instruído com o distrato de contrato de prestação de serviços assinado e com firma reconhecida.

Parágrafo único. Sendo deferido o cancelamento da NFS-e, o valor recolhido a título de ISS ficará como crédito a ser compensado na próxima guia.

Art. 79-C. A NFS-e poderá ser substituída pelo emitente, utilizando-se do sistema eletrônico até o encerramento da competência.

§ 1º A substituição da NFS-e somente será admitida quando houver erro no preenchimento das informações do tomador.

§ 2º Não será aceita a substituição de NFS-e para fins de alteração de valores de serviços prestados e/ou por não cumprimento do prazo de entrega dos serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

Estado de São Paulo

..... (NR)''

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, respeitando-se, no que couber, os princípios estabelecidos no artigo 150, inciso III, alíneas "b" e "c" da Constituição Federal de 1988.

Araçariguama, 02 de maio de 2024.

Dr. Marco Dal Bello
Presidente